

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) CONSELHEIRO (A)  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
(TCDF).

MD. RELATOR CONSELHEIRO RENATO RAINHA.

**U R G E N T E**

**PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**

IDOSO - Art. 1.048 do CPC/2015 c/c Art. 71 da Lei nº 10.741/2003.

**REFERÊNCIA:**

**Processo: 17.793/2019.**

**Decisão: 1.831/2020.**

**ANTONIO QUEIROZ MONTE**, brasileiro, divorciado, Coronel Reformado da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), identidade nº 308.329-SSP/PMDF, CPF nº 088.946.471-53, título de eleitor nº 0071.5955.2020/zona 011/seção 36, e-mail: [aqmonte@gmail.com](mailto:aqmonte@gmail.com), residente a CLSW 303, Bloco "A", Apto 117, Edifício Atlanta Center, CEP 70673-621, Sudoeste, Brasília, DF, por meio do Advogado *in fine* subscrito com procuração (documento 01) anexa, com esteio no artigo 5º, incisos XXXIV e XXXV, da CF/1988 e no RI/TCDF, vem à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA, APRESENTAR:**

***PEDIDO DE REEXAME***

***C/C RECURSO DE REVISÃO.***

***COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, "INAUDITA ALTERA PARTE".***



"Inteligência Estratégica"



[tabosaadvocacia@gmail.com](mailto:tabosaadvocacia@gmail.com)



@tabosapedro



55 61 99901.4488

Em desfavor da matéria de **Mérito da r. Decisão nº 1.831/2020** no processo nº 17.793/2019 e, desse Egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)**, em face de **ilegal e inconstitucional apropriação indevida de seus proventos**, caracterizada pelo **desconto ilegal e inconstitucional de indenizações-coparticipações de assistência médico-hospitalar à saúde de dependente**, nos meses de setembro e outubro de 2021 (documento 02) que são documentos de prova superveniente à decisão impugnada, para tanto aduz fatos e fundamentos e, ao final, requer-se nos justos pedidos de direito.

#### ***I. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE:***

Em nosso modesto entendimento o presente **Pedido de Reexame**, cumulado com **Recurso de Revisão**, são vias adequadas como meios jurídicos imediatos à sanarem **lesões ao direito e ao patrimônio do Autor**, em decorrência do cumprimento de **decisão (1.831/2020) ilegal e inconstitucional**, ora impugnada, visando **fiscalizar o ato**, com esteio no artigo 5º, incisos XXXIV e XXXV e no § 2º do artigo 74, todos da CF/1988; no artigo 13, item I, alínea “e”, no artigo 278, item II e IV, combinado com o artigo 286, *caput*, parágrafo único, no artigo 288, *caput*, item III e no artigo 289, § 4º, tudo do RI/TCDF e também no CPC/2015, em que couber.

O pedido urgente de **medida cautelar** é necessário à preservação da legalidade, à suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.

Para dar cumprimento à referida decisão impugnada são praticados repetidos e elevados descontos referente à **indenizações-coparticipações de despesas de assistência médica de dependentes reduzindo os proventos do Autor** que se renovam mês a mês, como se comprova nos contracheques dos meses de Setembro e Outubro de 2021 (documento 02), cópia em anexo, caracterizando relações de **trato sucessivo, tendo sido ciente**, há



menos de 30 (trinta) dias do último desconto e, consoante o que prevê o artigo 3º do Decreto nº 20.910/1932, torna **TEMPESTIVO** o presente ato.

E neste sentido, tem-se os seguintes julgados então acolhidos por essa I. Corte de Contas, *ex vi*:

**“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO TCDF REENQUADRAMENTO - LEI DISTRITAL 362/92 E RESOLUÇÃO 56/92. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO.**

*[...] A prescrição do fundo de direito não se aplica às prestações de trato sucessivo, que renovam o direito ao recebimento mês a mês, fazendo incidente a Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça. [...]*

(TJDF. APC -Apelação Cível 20000110942772APC. Relator Desembargador ANTONINHO LOPES, 1ª Turma Cível. Julgamento em 01/07/2009, publicação no DJ de 27/07/2009)”. (grifos).

**“DIREITO ADMINISTRATIVO. [...] PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PERIÓDICA.**

*[...] A partir do momento em que a parte tem conhecimento de que seu direito foi atingido, conta-se o prazo prescricional para a propositura da ação que busca restabelecê-lo. Em se tratando de prestações periódicas devidas pela Administração Pública, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação (Enunciado da Súmula 85 do STJ). [...].*

(TJDFT. 20080110146750-APC. Relator Desembargador WALDIR LEÔNCIO C. LOPES JUNIOR, 2ª Turma Cível, publicado no DJ de 19/07/2010)”. (grifos e sublinhados).



## II. TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA:

O Autor é maior de 73 (setenta e três) anos, cópia de sua identidade (documento 01) em anexo é beneficiário da **PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**, nos termos do artigo 1.048 do CPC/2015, combinado com o artigo 71 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) que desde já, **se requer o benefício**.

## III. ATO LESIVO IMPUGNADO:

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) emitiu a **Decisão nº 1.831/2020** (documento 06) no processo nº 17.793/2019 que teve como Relator o Conselheiro RENATO RAINHA, que ora se impugna contendo os seguintes termos, *verbis*:

**“DECISÃO Nº 1.831/2020:**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos Srs. FRANCISCO CARLOS DA SILVA NIÑO, GLAUMER LESPINASSE ARAÚJO, CARLOS LUÍS BARBOSA RIBEIRO, MARCUS VINÍCIUS GOMES FIALHO, ROGERIO BRITO DE MIRANDA, ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA, FLORISVALDO FERREIRA CESAR e MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA em atenção ao item VI da Decisão nº 2.507/2019, Processo nº 14.510/2018;*

*II – no mérito, considerar procedentes as citadas razões de justificativa;*

*III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que, doravante:*

*a) implemente a cobrança de indenizações pelos serviços prestados nas organizações de saúde da Corporação aos dependentes dos policiais militares, em conformidade com o art. 15 do Decreto Distrital nº 31.646/2010;*

*b) promova a cobrança integral, ainda que em mais de um exercício, das indenizações devidas pelos policiais militares pela assistência à*



saúde prestada aos seus dependentes, de acordo com a Lei Federal nº 10.486/2002, art. 33, § 4º;

IV - autorizar o retorno dos autos à SEASP para arquivamento.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPj-TCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. SALA DAS SESSÕES, 27 de Maio de 2020. [...]”. (grifos e sublinhados).

Ocorre que a decisão retro contém **vícios de ilegalidades e inconstitucionalidades** que motivam o presente petítório.

#### IV. DOCUMENTOS PROVAS SUPERVENIENTES:

Nos meses de **setembro e outubro de 2021** foram descontados dos proventos do Autor, ilegalmente, parcelas sob a denominação “**Assistência à Saúde**”, de forma unilateral, sem consentimento, sem ampla defesa, nem contraditório, sequer sem seu conhecimento, logo, de forma e modo arbitrário e compulsório.

Para efeito de prova nova, documentos de prova superveniente, acosta-se aos autos, cópias de seus contracheques dos meses de setembro e outubro de 2021 (documento 02) em anexo.

O fato constitui **crime de subtração e apropriação indevida de proventos de pessoa idosa**, previsto no artigo 102 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), com aplicação de tributo para efeito de confisco que infringe o artigo 150, item IV, da CF/1988.

#### V. CONFLITO DE DISPOSITIVO DE LEI:

A Lei nº 10.486/2002, Lei de Remuneração dos Militares do Distrito Federal trata em seu CAPÍTULO VIII, da ASSISTÊNCIA MÉDICO-



“Inteligência Estratégica”



[tabosaadvocacia@gmail.com](mailto:tabosaadvocacia@gmail.com)



@tabosapedro



55 61 99901.4488

HOSPITALAR dispondo os alicerces jurídicos fundamentais, em seu **artigo 32**, nos fatos e fundamentos jurídicos, sendo referidos dispositivos legais, a essência jurídica de assistência médico-hospitalar do militar do DF e de seus dependentes, *ex vi*:

*“Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005)*

*§ 1º O militar e seus dependentes poderão receber atendimento em outras organizações hospitalares, nacionais ou estrangeiras, nas seguintes situações especiais:*

*I - de urgência ou emergência, quando a organização hospitalar da Corporação não puder atender;*

*II - quando a organização hospitalar da respectiva Corporação, não dispuser de serviço especializado;*

*III - Ao inativo e pensionista, será fornecido o transporte, quando houver necessidade de internação hospitalar decorrente de prescrição médica utilizando os parâmetros estabelecidos na legislação federal e conforme regulamentação do Governo do Distrito Federal.*

*§ 2º A organização de saúde da Corporação, destina-se a atender ao militar, seus dependentes e pensionistas.”. (grifos).*

No entanto, de maneira violadora e infringente, conflita juridicamente à própria Lei nº 10.486/2002 no disposto nas normas do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e em especial o § 4º, já transcritos, e também o artigo 33-A da mesma norma.



## VI. RAZÕES E ARGUMENTOS:

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) são **organizados e mantidos pela União**, a teor do **inciso XIV do artigo 21**, da CF/1988, juntamente com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por meio de fundo próprio, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) com a finalidade de atender o disposto no **inciso XIV do artigo 21**, da CF/1988.

E assim, uma das legislações de **custeio** das Corporações Militares do DF é a lei de suas remunerações, a Lei nº 10.486/2002, onde seu CAPÍTULO VIII está destinado à Assistência Médico-Hospitalar do militar e de seus dependentes.

Em seu **artigo 32** rege a essência jurídica da Assistência Médico-Hospitalar dos militares do DF e de seus dependentes, sendo a controvérsia jurídica do dispositivo da lei que se busca **IMPUGNAR**, o **artigo 33 e seus parágrafos e artigo 33-A**, todos da Lei nº 10.486/2002.

Desse modo, o **artigo 32** da Lei nº 10.486/2002 define as formas e procedimentos como se dá: a *"Assistência Médico-Hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social do militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em seu regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal (GDF)."*

Assim, se conclui **incontroversamente** que os **orçamentos das Corporações** têm que **suportar** todas as **despesas de custeio** da assistência à saúde dos militares do DF e de seus dependentes por intermédio das organizações de saúde das Corporações.

E esse direito de assistência à saúde dos militares do DF e de seus dependentes também está acolhido pelas leis que instituem seus respectivos estatutos, dos Policiais Militares e dos Bombeiros Militares.





A Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 que institui e dispõe o **Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (EPMDF)**, legislação que **consagra seus direitos e prerrogativas**, dispõe na **letra “e” do inciso IV do artigo 50**, reafirma que a assistência à saúde dos Policiais Militares do DF e de seus dependentes será prestado pelo Estado, no caso a União, com os recursos consignados em orçamento próprio da PMDF.

A Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986 que institui e dispõe o **Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal (EBMDF)** também reafirma que a assistência à saúde dos Bombeiros Militares do DF e de seus dependentes será prestado pelo Estado, a União, com os recursos consignados em orçamento próprio do CBMDF, como disposto na **letra “e” do inciso IV do artigo 51**.

De igual forma, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, institui o FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (FCDF) em seu **artigo 1º** define a que serve as verbas federais do Tesouro Nacional, senão em especial prioridade, o **custeio** e a organização da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil, do DF, a teor do **inciso XIV do artigo 21**, da Constituição Federal.

Nesse norte, se o **artigo 21, inciso XIV**, da CF/1988 determina por dispositivo constitucional **geral** que o **custeio e a organização** da PMDF, CBMDF e PCDF são de natureza patrimonial, de responsabilidade da União, com verbas federais que constituem o FCDF, suas leis específicas, como no caso concreto da PMDF, a Lei nº 7.289/1984 em seu **artigo 50, item IV, alínea “e”**, que é seu Estatuto e no CBMDF, no seu Estatuto, a Lei nº 7.479/1986 em seu **artigo 51, item IV, alínea “e”** e a Lei nº 10.486/2002, em seu **artigo 32**, da lei de remuneração comum às Corporações militares do DF, específica no particular, que o **custeio da assistência à saúde** dos militares do DF e de seus dependentes são de responsabilidade patrimonial do Estado, no caso em concreto da União, através dos recursos consignados em orçamentos próprios da respectivas Corporações militares.

E outra fonte de recurso orçamentário ou saída jurídica de custeio, impossível, porém e, no entanto, em face de que, para o presente caso,





dispôs a **Lei nº 10.486/2002**, em seu **artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º**, dispositivos **ilegais**, uma vez que ferem ou infringem o próprio **artigo 32**, da mesma lei que rege a assistência à saúde dos militares do DF e de seus dependentes, o que causa conflito legislativo e insegurança jurídica dentro da própria lei.

E mais, referidos dispositivos do **artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º e 33-A**, da Lei nº 10.486/2002, além de **ilegais** como demonstrado acima, são de igual forma, **inconstitucionais**, pois lesionam, ferem e infringem o Sistema Tributário Nacional, imposto no artigo 145, usque o artigo 162, da CF/1988, vejamos: **NÃO HÁ ESPAÇO JURÍDICO OU AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA CONSTITUCIONAL**, para descontos obrigatórios de **contribuições** para o **custeio de saúde** de militares, nem de servidores civis, pois o texto constitucional define no Sistema Tributário Nacional, quais as **contribuições** possíveis de serem instituídas deverá ser por meio obrigatório de lei complementar e nunca na origem, por meio de medida provisória, como é o caso da Lei nº 10.486/2002, na conversão da Medida Provisória nº 2.218, de 05 de setembro de 2001.

A Constituição Federal preconiza que as contribuições legais e possíveis de criação ou instituição, que são **exclusivamente** por **lei complementar** são: as contribuições de melhoria (item III, do art. 145), as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas e ainda as contribuições previdenciárias-sociais dispostos nos artigos 149, § 1º e 195, § 6º, da CF/1988.

Não há, repete-se, espaço na CF/1988, ou autorização legal-constitucional para lei ordinária, nem mesmo lei complementar, instituir **contribuição compulsória** para **custeio** de assistência à saúde de militares, nem de civis, do que se conclui, **incontroversamente**, que o **desconto compulsório obrigatório** constante do artigo 28, itens II e III e artigos 33 e 33-A, para a **contribuição** de assistência à saúde dos militares do DF e seus dependentes, além de **ilegal**, em face da lei ordinária é também **inconstitucional**, por ausência de autorização constitucional e ausência de lei complementar, que constituem **vícios de inconstitucionalidade insanáveis**, logo, dispositivo de **lei inaplicável**.



Da Constituição Federal/1988, *verbis*:

“[...] Art. 21. Compete à União:

[...]

*XIV - **organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal**, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019) [...]”.* (grifos).

Da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 que dispõe sobre o Fundo Constitucional do DF (FCDF), *verbis*:

“[...] Art. 1º. Fica instituído o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, de natureza contábil, com a finalidade de **prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal**, bem como assistência financeira para execução de **serviços públicos de saúde e educação**, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. [...]”.

 (grifos).

Da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do DF (EPMDF), *verbis*:

“[...] Art. 50 - **São direitos dos policiais-militares**:

[...]

IV – [...]:

[...]

*e) **a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes**, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como fornecimento, aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários; [...]”.* (grifos).



Da Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986 que dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros Militares do DF (EBMDF), *verbis*:

*“[...] Art. 51. São direitos dos bombeiros-militares:*

*[...]*

*IV – [...]*

*e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários; [...].” (grifos).*

Da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 que dispõe sobre a Lei de Remunerações dos Militares do DF (LRMDF), *verbis*:

*“[...] Art. 32. A assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica, psicológica e social ao militar e seus dependentes será prestada por intermédio de organizações do serviço de saúde da respectiva Corporação, com recursos consignados em seu orçamento, conforme dispuser em regulamento próprio a ser baixado pelo Governo do Distrito Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.134, de 2005). [...].” (grifos).*

## **VIII. DISPOSITIVO DE LEI IMPUGNADO INFRINGENTE AO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL:**

O artigo 33 e seus parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º e o artigo 33-A, da Lei nº 10.486/2002, além de infringirem ao **artigo 32**, da mesma norma, infringem também aos artigos específicos da CF/1988 que tratam do Sistema Tributário Nacional, quanto a seus tributos, especificamente no que dita o texto constitucional, quanto as **contribuições** e a forma legal-constitucional de lei (complementar) que as instituir ou criar, serem obrigatórios.



Assim, os tributos admitidos no Sistema Tributário Nacional, como dispõe a CF/1988, *verbis*:

*“[...] Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*

*I - impostos;*

*II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;*

*III - **contribuição de melhoria**, decorrente de obras públicas. [...]”.* (grifos).

*“Art. 146. Cabe à **lei complementar**:*

*I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o **Distrito Federal** e os Municípios;*

*II - regular as **limitações** constitucionais ao **poder de tributar**;*

*III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*a) **definição de tributos e de suas espécies**, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;*

*b) obrigação, lançamento, crédito, **prescrição e decadência** tributários;*

*c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.*

*d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) [...]”.* (grifos).

*“[...] Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir **contribuições sociais**, de intervenção no domínio econômico e de interesse das **categorias profissionais ou econômicas**, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto*



nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, **cujá alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003). (Vide ADIN 3133). [...]”. (grifos).

“[...] Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, **ao Distrito Federal e aos Municípios:**

**I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;**

[...]

**IV - utilizar tributo com efeito de confisco; [...] [...]”.** (grifos).

“[...] Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

[...]

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, “b”.”.

## **IX. PRECEDENTE DE DECISÃO DO STF:**

**Preliminarmente,** quanto a esta questão, **invoca-se o cumprimento** da norma constitucional imposta no § 2º do artigo 102, da CF/1988, *ex vi*:



“Art. 102. [...].

§ 2º. *As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004). (Vide ADIN 3392). [...]*”. (grifos e sublinhados).

A **inconstitucionalidade** da **contribuição** para a assistência à saúde dos militares do DF (PMDF e CBMDF) e de seus dependentes **é gritante, incontroverso**, uma vez que o **artigo 33 e seus §§ e o artigo 33-A, da Lei nº 10.486/2002**, além de serem **ilegais**, por infringirem o **artigo 32**, da própria lei, infringe e lesiona a CF/1988 em seu **artigo 21, inciso XIV** e a todos os dispositivos do Sistema Tributário Nacional, como julgou e pacificou esse Colendo STF, em precedente idêntico na **ADI nº 3.106-MG, ex vi**:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 79 e 85 DA LEI COMPLEMENTAR N. 64, DE 25 DE MARÇO DE 2002, DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IMPUGNAÇÃO DA REDAÇÃO ORIGINAL E DA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 70, DE 30 DE JULHO DE 2003, AOS PRECEITOS. IPSEMG. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E APOSENTADORIA ASSEGURADOS A SERVIDORES NÃO-TITULARES DE CARGO EFETIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NO § 13 DO ARTIGO 40 E NO § 1º DO ARTIGO 149 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Artigo 85, caput, da LC n. 64 estabelece que “o IPSEMG prestará assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social, farmacêutica e complementar aos segurados referidos no art. 3º e aos





*servidores não titulares de cargo efetivo definidos no art. 79, extensiva a seus dependentes". A Constituição de 1988 - art. 149, § 1º - define que "os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefícios destes, de sistemas de previdência e assistência social". O preceito viola o texto da Constituição de 1988 ao instituir contribuição compulsória. Apenas os servidores públicos titulares de cargos efetivos podem estar compulsoriamente filiados aos regimes próprios de previdência. Inconstitucionalidade da expressão "definidos no art. 79" contida no artigo 85, caput, da LC 64/02.*

***2. Os Estados-membros não podem contemplar de modo obrigatório em relação aos seus servidores, sob pena de mácula à Constituição do Brasil, como benefícios, serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, social e farmacêutica. O benefício será custeado mediante o pagamento de contribuição facultativa aos que se dispuserem a dele fruir.***

*3. O artigo 85 da lei impugnada institui modalidade complementar do sistema único de saúde - "plano de saúde complementar". Contribuição voluntária. Inconstitucionalidade do vocábulo "compulsoriamente" contido no § 4º e no § 5º do artigo 85 da LC 64/02, referente à contribuição para o custeio da assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica.*

*4. Reconhecida a perda de objeto superveniente em relação ao artigo 79 da LC 64/02, na redação conferida LC 70/03, ambas do Estado de Minas Gerais. A Lei Complementar 100, de 5 de novembro de 2007, do Estado de Minas Gerais - "Art. 14. Fica revogado o art. 79 da Lei Complementar nº 64, de 2002".*

*5. Pedido julgado parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade: [i] da expressão "definidos no art. 79" - artigo 85, caput, da LC 64/02 [tanto na redação original quanto na redação conferida pela LC 70/03], ambas do Estado de Minas Gerais. [ii] do vocábulo "compulsoriamente" - §§ 4º e 5º do artigo 85 [tanto na redação original quanto na redação conferida pela LC 70/03], ambas do Estado de Minas Gerais.*





(STF. ADI 3106/MG. Relator Ministro NELSON JOBIM, julgamento em 08/01/2004, publicada no DJ de 03/02/2004)". (grifos).

#### **X. NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DE SAÚDE:**

Já se demonstrou por vias de fundamentos dispostos no Sistema Tributário Nacional insertos no artigo 145, usque artigo 162 da CF/1988 que a exigência **compulsória para o desconto de contribuição** para a assistência à saúde médico-hospitalar, odontológica, farmacêutica, psicológica e social de servidores públicos e militares, mesmo que por **lei complementar será inconstitucional**, tanto pelas disposições da CF/1988, no Sistema Tributário Nacional, bem como pela **decisão** unânime do Colendo STF no julgamento da **ADI 3.106/MG** acima transcrito.

Assim, a par do que se demonstrou juridicamente nos fundamentos da CF/1988 e repete-se, na decisão do Colendo STF na ADI nº 3.106/MG, a **contribuição** exigida no artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e no artigo 33-A, da Lei nº 10.486/2002 e as **indenizações** exigidas em seu § 4º **não podem prosperar por vícios ilegais insanáveis**, uma vez que são todos incontroversamente **inconstitucionais e ilegais**, logo **INAPLICÁVEIS**.

A decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, deixa bem claro que o **Fundo de Saúde** de assistência à saúde, no caso, com o julgado pela ADI nº 3.106-MG somente pode prosperar como um fundo de natureza jurídica semelhante a um **plano de saúde privado**, logo, idêntica posição jurídica ao Fundo de Saúde dos militares do DF.

#### **XI. FUNDO DE SAÚDE OPCIONAL:**

Desse modo, a única saída viável e possível juridicamente para os **descontos das contribuições** do FUNDO DE SAÚDE imposto compulsoriamente no artigo 33, *caput*, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.486/2002 será a



forma de contribuição opcional, voluntária, optativa, por livre e boa vontade de aceitação e assim o contribuinte militar, voluntário, poderá usufruir dessa assistência médico-hospitalar à saúde, de modo complementar, se assim desejar.

E ainda, se referidas **contribuições de Fundo de Saúde e indenização-coparticipação** não forem descontadas a seu gosto, de suas remunerações, proventos ou pensão militar, mesmo assim, o militar do DF não poderá deixar, sob nenhuma hipótese, de ter a assistência à saúde própria e de seus dependentes com **custeio do Estado**, aqui no caso da União, como determina o artigo 21 da CF/1988, o artigo 32, da Lei nº 10.486/2002 e o artigo 50, inciso IV, alínea “e” do Estatuto dos Policiais Militares do DF (Lei nº 7.289/1984) com orçamento próprio das Corporações (PMDF e CBMDF), Lei nº 10.633/2002 que dispõe sobre o FCDF e ainda a Lei nº 7.479/1986, Estatuto do CBMDF, artigo 51, inciso IV, alínea “e”.

No caso em tela, como descontos de contribuição e de contribuições-coparticipações opcionais e voluntárias terá o FUNDO DE SAÚDE dos policiais e bombeiros militares, para esses militares voluntários, de livre aceitação, opcional repete-se, a natureza jurídica de “Plano de Saúde”, como assistência médico-hospitalar complementar terá **natureza privada**.

## **XII. CONCLUSÃO INCONTROVERSA:**

A Constituição Federal/1988 traz em seu texto no TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, e em seu CAPÍTULO I, o Sistema Tributário Nacional, do artigo 145 ao artigo 162 e assim estão definidos os tributos constitucionais aos quais todas as pessoas jurídicas pública e privada e as pessoas físicas, naturais, estão **compulsoriamente** obrigadas a pagar, descontar e **contribuir** com as receitas públicas para o orçamento do Estado.

No artigo 149 da CF/1988 estão as **contribuições** sociais, de intervenção no domínio econômico das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto



nos artigos 146, inciso III e 150, incisos I, II e III e sem prejuízo do previsto no artigo 195, § 6º, relativamente às **contribuições** a que alude o dispositivo. Seu § 1º dispõe que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão **contribuições** cobradas de seus servidores, para o **custeio** em benefício destes, do regime **previdenciário** de que trata o **artigo 40**, da CF/1988.

E nos **artigos 40 e 195**, da CF/1988, estão instituídas as **contribuições sociais** dos respectivos regimes **previdenciários**, com a regulamentação constitucional no próprio artigo 40 e no artigo 201, respectivamente.

No artigo 142, §§ 1º, 2º e 3º, combinado com o artigo 42, §§ 1º e 2º, todos da CF/1988, está definido o Regime Jurídico dos Militares, constituído por seu SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL, ficando claro a **ausência** de regime **previdenciário** para os militares brasileiros, os quais contribuem para a PENSÃO MILITAR, para seus dependentes, viúvo (a), filhos menores, até a maioridade e estudantes e ainda filhos inválidos.

Daí, conclui-se que:

1. Não há autorização legal constitucional para que lei institua **contribuição compulsória**, obrigatória, para o **custeio da saúde** de militares e de seus dependentes, nem de civis.

2. E, se por acaso tivesse referida autorização legal constitucional, a criação, instituição ou aumento de tributo, no caso, contribuição, **deveria ser**, obrigatoriamente, por **lei complementar**, não por lei ordinária, muito menos por medida provisória convertida em lei ordinária, como é o caso da Lei nº 10.486/2002, originária da Medida Provisória nº 2.218, de 05/09/2001.

3. A **conclusão final incontroversa** é que a **contribuição** prevista no **artigo 33, §§ 1º e 2º** e as **indenizações-coparticipações** previstas no seu § 4º, e sua extensão no **artigo 33-A**, tudo da Lei nº 10.486/2002, são *in totum* dispositivos **INCONSTITUCIONAIS**, incontroversamente.



### XIII. MEDIDA CAUTELAR REQUERIDA:

Nos termos do artigo 277 do RI/TCDF: *“O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.”*

Nos termos do artigo 300 do CPC/2015 no presente caso, tais requisitos são perfeitamente caracterizados, vejamos:

- *A relevância da matéria* resta caracterizada diante da demonstração inequívoca da **inconstitucionalidade** dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º e o *caput* do artigo 33 e do artigo 33-A da Lei nº 10.486/2002 e dos impactos aos militares do DF que se dá em razão dos efeitos dos dispositivos impugnados que estão causando prejuízos ao Requerente, face os valores de indenizações-coparticipações que estão sendo lançados como descontos nos seus contracheques.

Assim, conforme destaca a doutrina, não há razão lógica para aguardar o desfecho do processo, quando diante de direito inequívoco:

*“Se o fato constitutivo é incontroverso não há racionalidade em obrigar o autor a esperar o tempo necessário à produção de provas dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, uma vez que o autor já se desincumbiu do ônus da prova e a demora inerente à prova dos fatos, cuja prova incumbe ao réu certamente o beneficia. (MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela de Urgência e Tutela de Evidência. Editora RT, 2017. Pg. 284)”*.

- *Já a urgência* fica caracterizada pela aplicação de descontos ilegais ao Requerente de valores de indenização-coparticipação de despesas



médicas de seus dependentes, ou seja, tal circunstância confere grave risco de perecimento do resultado útil do processo, conforme leciona HUMBERTO THEODORO JÚNIOR:

*“[...] um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do “periculum in mora”, risco esse que deve ser objetivamente apurável, sendo que a plausibilidade do direito substancial se consubstancia no direito invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o “fumus boni iuris”. (in Curso de Direito Processual Civil, 2016. I. p. 366)”. (grifos).*

Por fim, cabe destacar que o presente pedido **não caracteriza conduta irreversível**, não conferindo nenhum dano ao erário.

Diante de tais circunstâncias, é inegável a existência de fundado receio de dano irreparável à **suspensão imediata dos efeitos dos dispositivos da referida norma impugnada**, nos termos do artigo 300 do CPC/2015.

O **pedido urgente de Medida Cautelar, inaudita altera parte**, também é viável por fundar-se no artigo 249 e no artigo 277, do RI/TCDF, por risco de **“ineficácia da decisão de mérito e de preservação da legalidade”**, porque se tratam de atos comissivos de **ilegalidade** com repetidas **reduções mensais de proventos do Autor**, sem a concessão de direitos da Ampla Defesa e do Contraditório e o não cumprimento de outros princípios constitucionais, já citados.

A concessão de **Medida Cautelar** apoia-se na necessária e imediata suspensão dos descontos de indenizações-coparticipações de despesas de assistência médica de dependentes dos proventos da inatividade (aposentadoria) e a suspensão de aplicação da Decisão nº 1.831/2020 ao Requerente.



#### XIV. REQUERIMENTOS E PEDIDOS:

**ISTO POSTO**, em face de prova por documento superveniente constante de contracheques do Autor, caracterizando **REDUÇÃO DE SEUS PROVENTOS** por descontos indevidos e ilegais, além de inconstitucionais, pela indenizações-coparticipações de despesas à assistência à saúde de seus dependentes e, como já demonstrado por todos os fundamentos constitucionais, especialmente nos dispositivos do SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, os quais anulam os dispositivos de lei ordinária impugnados, o **artigo 33, caput**, e seus **§§ 1º, 2º, 3º e 4º e 33-A**, da Lei nº 10.486/2002 que alicerçam a **Decisão nº 1.831/2020** do Tribunal de Contas do DF impugnada, em incontroverso equívoco decisório dessa Corte de Contas, assim **REQUER**:

1. A concessão do benefício da **PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL DE URGÊNCIA** ao Autor, por ser idoso maior de 74 (setenta e quatro) anos, comprovado por identidade, (documento 01), com fundamento no artigo 1.048 do CPC/2015, combinado com o artigo 71 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e com o artigo 69-A, incisos I e IV, da Lei nº 9.784/1999.

2. A concessão da **MEDIDA CAUTELAR, inaudita altera parte**, em desfavor do **COMANDANTE GERAL e DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA PMDF** e do **COMANDANTE GERAL E DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO CBMDF** para, **INCONTINENTI**, suspendam os descontos das indenizações-coparticipações de despesas de assistência médica de dependentes nos proventos da inatividade (aposentadoria) do Requerente com a suspensão da aplicação da **Decisão nº 1.831/2020** e que se abstenham de retornarem os descontos sob qualquer argumento, até o julgamento de mérito destes pedidos, com fundamento nos artigos 249 e 277, do RI/TCDF.

3. A análise do Pedido de **REEXAME** do mérito da **Decisão nº 1.831/2020**, no processo nº 17.793/2019 e, em face de superveniência de fato novo, com o **desconto ilegal, indevido e inconstitucional** nos proventos do





Autor no mês de setembro e outubro de 2021, constante dos contracheques do Autor, como dispõe o artigo 286, parágrafo único do RI/TCDF.

4. Em outro rumo, a análise de Pedido de **REVISÃO** em face do Autor ser diretamente interessado, bem como a favor de seus sucessores, da **Decisão nº 1.831/2020**, no processo nº 17.793/2019 e, nos termos do artigo 288, item III, do RI/TCDF, requerendo desde já a intervenção de ofício do I. Ministério Público de Contas para a fiscalização e da boa aplicação da lei, conforme disposto no artigo 289, § 4º, do mesmo diploma legal, que é seu ofício.

5. A declaração incidental pelo órgão colegiado dessa Corte de Contas (TCDF), nos termos do artigo 97 da CF/1988, da **INCONSTITUCIONALIDADE** do **artigo 33, caput** e seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º e do **artigo 33-A**, da Lei nº 10.486/2002, em face da ausência de autorização legal, constitucional de instituir, criar ou aumentar tributos, de **contribuição de assistência à saúde**, em especial pela ausência de lei complementar.

6. À apreciação do I. Ministério Público de Contas nesse TCDF, nos termos do artigo 288 do RI/TCDF.

7. A celeridade processual legal, uma vez que vossa **Decisão nº 1.831/2020**, além de ilegal, possui vícios de inconstitucionalidades, trouxe ao seio das Corporações Militares do DF (PMDF e CBMDF) a insegurança jurídica, o pânico econômico, a insolvência financeira, enfim, o caos social, uma vez que as Corporações estão fazendo descontos a seus integrantes de indenizações-coparticipações de despesas médicas de dependentes, de anos atrasados com mais de 10 (dez) anos, até com o dobro do prazo de prescrição, prescrito no Decreto nº 20.910/1932.

8. A determinação dessa Corte de Contas do DF (TCDF) para que, doravante, as Corporações (PMDF e CBMDF) façam, obrigatoriamente, a previsão em seus orçamentos próprios anuais, de verbas financeiras necessárias e constantes do FCDF para integral e completa assistência à saúde de seus respectivos militares e dependentes, a teor do inciso XIV do artigo 21 da CF/1988 e da Lei nº 10.677/2002 que institui e regula o FCDF.





Nestes termos, espera deferimento, uma vez que na decisão impugnada, os dispositivos do **artigo 33, caput**, seus **§§ 1º, 2º, 3º e 4º** e do **artigo 33-A**, da Lei nº 10.486/2002, **possuem vícios insanáveis de inconstitucionalidades**.

Brasília-DF, em 07 de dezembro de 2021.



**PEDRO JOSÉ FERREIRA TABOSA**

**OABDF 32.381**

(Assinado com certificado digital)

**ANTONIO QUEIROZ MONTE**

**Coronel QOPM Reformado**

**Autor.**

**Documentos anexos:**

01. Procuração, identidade e residência do Autor.
02. 02 Contracheques do Autor dos meses de set/2021 e out/2021.



"Inteligência Estratégica"



[tabosaadvocacia@gmail.com](mailto:tabosaadvocacia@gmail.com)



@tabosapedro



55 61 99901.4488